

Testemunho sobre perseguições da ditadura a Pedro Manuel Barbosa
Ferraz de Abreu (PFA)

Orlando Cardoso Gonçalves, cartão cidadão 01435028, residente na
Av. Prof. Augusto Abreu Lopes, 45 - 3 Esq, Odivelas 2675-301.

Conheci o PFA, no ano 1966/67, no Liceu Pedro Nunes.

Ele notabilizava-se pelo seu empenho em fazer participar os outros estudantes. Tanto na área científica (dinamizando o Clube de Física, dirigindo uma revista científica dos estudantes do Liceu Pedro Nunes, "Prisma"), como na área da participação democrática, destacando-se a luta pela criação de um movimento que integrasse todos os estudantes do ensino secundário independentemente do tipo de ensino (liceal, ou técnico / comercial / industrial).

O Reitor do Liceu proibiu o referido Clube de Física e a revista, apesar destas actividades não terem nenhum conteúdo político. Isso levou ao incremento da actividade pro-democracia e anti-ditadura do PFA, e a ligação a outros estudantes activistas de outras escolas. Assim nasceu o MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa), de que foi fundador e primeiro Presidente.

Ainda durante o período liceal fizemos ambos parte de um comité com dois estudantes de outras escolas, ligado a uma organização de esquerda anti-fascista e anti-capitalista, clandestina, perseguida pela ditadura. Desenvolvemos algumas actividades antifascistas.

Do conjunto destas actividades levou a que o PFA fosse alvo de repressão intensa, em particular do Reitor, que chegou a proibi-lo de entrar no Liceu.

Em 1968/69 entramos na Fac. de Ciências, o PFA em Física, eu em Eng. Química. Mantivemos contactos de natureza associativa e também política. O PFA fez parte da Direcção académica (AEFCL) de 68/69.

No ano lectivo de 69/70 fiz eu parte da Direcção académica (AEFCL) com o pelouro de imprensa, e o PFA prestou serviços remunerados na Secção de Folhas (colaborava na elaboração de "sebentas" para os estudantes).

Em 1970 consolidou-se a minha actividade junto com PFA na referida organização política partidária de esquerda anti-fascista e desenvolvemos actividade clandestina.

Em 1970/71 o PFA faz parte da Direcção académica (AEFCL) e continua a liderar a célula dessa organização partidária clandestina anti-ditadura.

Em 1971, a radicalização das lutas estudantis anti-regime responde à intensificação notória da repressão, e desde o início que obrigou os militantes mais activistas a viverem uma situação de clandestinidade intermitente. Era o caso também de PFA, um dos principais líderes convocados já em Janeiro de 1971 e notificados com ameaças claras à sua liberdade. Em Maio consumou-se o fecho da Associação e a perseguição à sua Direcção, de que PFA era o Vice-Presidente; com uma primeira tentativa explícita de prisão da Direcção, no cerco feito de surpresa, detendo todos os estudantes presentes. Mas como PFA e outros líderes eram já obrigados a viver uma situação de clandestinidade prática, a polícia não os conseguiu apanhar.

Em Junho fui preso e nos interrogatórios da PIDE a questão central eram saberem onde se encontravam o PFA e a Gloria Ramalho, então Presidente da Direcção.

Esta situação continuou extrema durante mais de quatro meses em 1971, tendo de seguida oscilado entre momentos de maior e menor perseguição, também porque a atenção do regime se dividia entre várias frentes de luta estudantil, ora focando a repressão mais numa escola ora noutra.

Até que em Outubro de 1972 sucedeu o assassinio do estudante da Faculdade de Direito por um PIDE, e estudantes de todas as escolas saíram à rua, com grande apoio de populares, e a luta estudantil radicalizou-se e generalizou-se. Cedo a PIDE identificou o PFA como um dos principais líderes estudantis nessa revolta, emitindo um mandato de captura poucos dias depois.

Muitos dirigentes e colaboradores da AEFCL em particular, foram alvo de repressão violenta na Faculdade de Ciências, com muitas dezenas de estudantes suspensos e vários incorporados compulsivamente no exército (entre os quais PFA e eu próprio). Incorporação que não acatámos, o que expressámos num manifesto assinado. PFA e a Glória foram expulsos por dois anos, mas o PFA estava já na clandestinidade, o que lhe valeu não ser apanhado quando a PIDE cercou e invadiu a sua residência, poucos dias depois do assassinato.

O PFA ajudou a organizar a minha saída (e de mais incorporados perseguidos) "a salto" para França, onde nos atribuíram oficialmente o estatuto de refugiados políticos. PFA continuou na clandestinidade em Portugal, a pedido do Comité Central da nossa organização partidária de esquerda, e assim ficou até à queda da Ditadura.

Em Paris fiz parte da Direcção do MTPE- Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados e continuei a ter informação esporádica sobre a actividade de PFA na clandestinidade em Portugal, através de intermediários da nossa organização partidária e do seu Comité Central no exílio.

Após o 25 de Abril ainda tive alguns contactos com o PFA mas as nossas visões sobre a situação política já não eram convergentes, pelo que perdemos a proximidade nas muitas dezenas de anos que se seguiram. Contudo, o facto de não termos proximidade, nunca poderia impedir que testemunhasse a verdade sobre o seu papel na luta estudantil, as perseguições que foi alvo, e a clandestinidade forçada e prolongada a que a Ditadura o obrigou, sobretudo desde o início de 1971 até ao 25 de Abril.

Odivelas, 20 de Agosto 2021



Orlando Cardoso Gonçalves